

A LÍNGUA TUPINAMBÁ EM QUESTÃO

Clara Carolina Souza Santos*

Resumo: Este texto apresenta o estado atual para a diferenciação da língua Tupinambá de outras línguas naturais brasileiras. A revisão bibliográfica apresenta os estudos mais atuais para compreender a questão.

Palavras-chave: Tupinambá. Línguas naturais. Fonologia.

1. O Tupinambá: Introdução

Quando foi impressa em 1595 uma *Gramática* de José Anchieta (1595), para uso na Companhia de Jesus, à variedade de língua ali descrita foram atribuídos nomes que a qualificaram como a língua mais falada na costa brasileira (RODRIGUES, 2010,p.28).

No decurso da empresa lusitana que a “*língua mais usada na costa*” do Brasil foi denominada “*língua brasílica*” ou “*língua do Brasil*”. Nos primeiros livros sobre o Brasil, “língua da costa”, “língua brasílica” ou apenas “língua” foi uma alusão à língua nativa das nações habitantes da quase totalidade da costa brasileira (RODRIGUES, 1994), foi uma variedade empregada na missão jesuítica nos séculos XVI e XVII (CÂMARA Jr., 1979,p.99) e, a partir do século XIX, foi considerada uma língua das origens do Brasil (DIETRICH,

* Doutoranda em Teoria e História Literária (Unicamp). Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade (Uesb). Mestre em Linguística (Uesb).

2010, p.10). Em estudos mais recentes, a delimitação da língua da costa é referida como “*uma realidade linguística complexa*” (DIETRICH, 2010, p.9).

Esta dificuldade em delimitar os contornos da língua Tupinambá foi exemplarmente demonstrado por Rodrigues (2010). Sobre o desenvolvimento dos modos de nomear a língua mais usada na costa, Rodrigues (2010) citou relatórios da Companhia de Jesus. Neste texto, eles seguem a ordem cronológica de impressão no período seiscentista. É interessante esta sequência, pois demonstra no curso do tempo como palavras como “brasil”, “língua” e “brasilica” foram paulatinamente associadas à “língua da costa” em sua variação histórica. Neste texto de Rodrigues (2010) estes documentos são enumerados do seguinte modo:

(...) Nomes das partes do corpo humano, pella língua do Brasil pelo Padre Pero de Castinho (manuscrito datado de 1613 publicado por Ayrosa, 1937); Catecismo na língoa brasilica (edição do padre Antonio d'Araujo, 1618), Arte da língua brasilica pelo padre Luis Figueira (1621), Vocabulario na língua brasilica (manuscrito anônimo datado de 1622, publicado por Ayrosa, 1938), Catecismo brasilico da doutrina christã, pelo P. Antonio de Araujo, emendada nesta segunda impressão pelo P. Bertholomeu de Leam (1685), Arte de grammatica da língua brasilica do P. Luis Figueira (p.28).

Em 1613 um manuscrito referia a língua da costa brasileira pelo uso material mais comum ao comércio lusitano (o pau brasil) e representava em seu conteúdo algo particular da língua Tupinambá - as ricas diferenciações das partes do corpo humano, sensivelmente diferentes dos modos de atribuir nomes às partes do corpo em língua portuguesa.

Isso pode esclarecer como a língua aqui estudada é, desde a sua apresentação escrita em 1595, atravessada por um saber jesuítico, estrangeiro à própria língua. Identificamos nestes usos a presença das ciências latinas e os modos de nomear lusitanos, partindo daquele artefato mais comumente usado mercantilmente, o pau-brasil.

Isso foi prática comum não apenas nas *Gramáticas*, mas também nas histórias, nos relatos, nas aclamações, nas cartas, nos vocabulários... e em toda diversidade de textos compostos pelos jesuítas, navegantes ou homens cristãos que aportavam em terras brasi-

licas no seiscentos. Já pelo título das obras podemos identificar que houve um deslocamento do nome da variedade de *língua mais falada na costa* pela compreensão dos estrangeiros do além-mar.

O nosso estudo fica refém destes registros, dessas fontes secundárias que determinam, confundem, trocam ou esclarecem os limites de uma variedade de língua ou de outra¹. Estudos especializados, como o de Aryon Rodrigues (1986), dizem que “*as línguas ancestrais são pré-históricas, não se tendo delas nenhuma documentação* (RODRIGUES, 1986, apud Dietrich, 2010, p.10)”.

Para reconstituir traços fonológicos destas línguas, dentre elas o Tupinambá, Rodrigues (1986) indica que estudos históricos-comparativos podem revelar “*correspondências regulares (de sons, de palavras, de formas gramaticais) entre duas ou mais línguas* (RODRIGUES, 1986, p.29, Apud Dietrich, 2010, p.10)”. Isso é necessário porque, atualmente, não existe falante da língua Tupinambá em Olivença, local onde realizamos o *Projeto Tupinambá*².

Sabemos da existência de lembrantes da variante local, mas após o Massacre do Cururupe, por volta de 1930, essas pessoas, hoje idosas, abandonaram a língua e não a transmitiram para seus descendentes. O uso desta variedade ressurgiu atualmente para uma afirmação identitária e social. De um modo geral, escolhemos denominar a língua por Tupinambá, pois este é o uso corrente entre os indígenas em Olivença.

Partilhamos da conclusão de Seki (1984) para quem “*uma língua deve ser considerada extinta quando não pode ser codificada e descrita mesmo através de registros. Neste sentido, o Etrusco seria uma língua morta, mas não o Tupinambá, embora esta última esteja cristalizada num determinado estágio de sua existência, não seja mais falada como tal e não tenha capacidade de se desenvolver*” (SEKI, 1984, p. 109).

¹ Estudos como os de Gimenes (2003) e Corrêa da Silva (2010) organizam um levantamento de fontes para conhecimento sobre o Tupinambá.

² O *Projeto Tupinambá* inclui um projeto de pesquisa e uma ação contínua de extensão, vinculados ao Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), coordenados pela profa. Dra. Consuelo de Paiva Costa. O Projeto Tupinambá recebe apoio financeiro da UESB. Ele é realizado tanto na comunidade Tupinambá, em Olivença, ao extremo sul da Bahia, quanto na cidade de Vitória da Conquista, vinculado à instituição de ensino UESB.

Rodrigues (2010) diz que “*tupinambá só tem sido usado como termo especializado nos escritos de antropólogos e lingüistas* (RODRIGUES, 2010, p.30)”. Graças à retomada deste nome em estudos especializados há mais ou menos cinquenta anos, em conjunto com uma série de políticas públicas voltadas para a consolidação de identidade indígena brasileira, é possível aos Tupinambás em Olivença empenharem-se no *Projeto Tupinambá* que visa, entre alguns objetivos principais, revitalizar a língua dos antepassados, o “Tupinambá”.

1.2. O Tupinambá atualmente.

Hoje podemos dizer que o Tupinambá corresponde a uma variedade de língua da família tupi-guarani (RODRIGUES, 1996, p.57, *Apud* DIETRICH, 2010, p.9), “*em que se baseiam as línguas gerais da época colonial, a língua brasílica, a língua geral paulista e a língua geral amazônica* (DIETRICH, 2010,p.9)”. Para Dietrich; Noll (2010) esta variedade “*se falava entre casais de portugueses com mulheres indígenas e seus filhos mestiços* (DIETRICH; NOLL, 2010, p.81)” na costa brasileira e, tendo servido aos fins catequizadores da Companhia de Jesus, com possíveis empréstimos do tupinambá no português, os jesuítas passam a denominar esta variedade de “língua brasílica” ou “língua do Brasil” (RODRIGUES, 2010 *Apud* DIETRICH; NOLL, 2010), como nos exemplifica Moore (2011).

O contato europeu começou com a chegada da esquadra liderada por Pedro Álvares Cabral em 1500. Ele encontrou alguns Tupinambás na costa leste do Brasil. A imigração europeia foi relativamente limitada nos dois primeiros séculos. O homem europeu frequentemente tinha esposas indígenas e uma classe de mestiços foi produzida, fato que foi importante no processo de colonização. Durante esse processo, um grande número de nativos foi realojado e obrigado a aprender a língua do mestiço, Língua Geral ou Nheengatú (Nhengatu), uma língua Tupi-Guarani originalmente falada na costa que foi modificada por efeitos do substrato e empréstimos do português. Vários dialetos do Nheengatú ainda persistem na Amazônia. Com a expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII, o Estado assumiu o controle da maioria das comunidades do povo nativo transferido às reduções. Nesse período a população já sofria um declínio devido às doenças ocidentais (MOORE, 2011).

Do contato entre uma variedade linguística da costa e a língua portuguesa, surge a língua geral que “*do ponto de vista linguístico, já não designava o tupi genuíno, mas uma forma modificada desta língua* (DIETRICH; NOLL, 2010, p.81)”, mais simplificado, “*sobretudo na sua fonética e na morfossintaxe* (DIETRICH; NOLL, 2010, p.81).

Três variedades de língua foram descritas nos livros que servem de referência a este estudo. A primeira é a língua representada na gramática de Anchieta, contada nas cartas e nos relatórios ultramarinos; a segunda é possivelmente oriunda do contato entre portugueses e suas mulheres e filhos, como nos ensina Dietrich; Noll (2010) e a terceira começa a ser delimitada a partir do século XVIII e “*se referia inicialmente à língua dos índios tupinambás (do Pará), para diferenciar a forma genuína do seu tupi da língua geral amazônica que se formou no curso da expansão portuguesa na bacia do rio Amazonas nos séculos XVII e XVIII* (DIETRICH; NOLL, 2010, p.81-82)”.

Contrastando diferentes registros seicentistas da língua falada na costa, considerando algumas condições de impressão e escrita destes textos, Rodrigues (2010) constata que há “*alguma diversidade (...) entre a fala dos tupis e a dos demais falantes da língua brasílica, diversidade que aparece também nos textos em língua indígena escritos por Anchieta nos primeiros dez anos em que esteve atuando entre os tupis* (RODRIGUES, 2010, p.28³)”. Dietrich (2010) assim explica:

A língua ancestral, postulada nas hipóteses dos linguistas, o prototupi, corresponde ao conceito do protoindo-europeu, a protolíngua de todas as famílias linguísticas que se estendem da Europa até a Índia. Como as línguas românicas, germânicas, eslavas, bálticas, célticas, indo-arianas, etc. formam o tronco indo-europeu, assim as famílias tupi-guarani, arikem, juruna, mondé, tupari, etc. (...) formam o tronco tupi. Portanto, o tupi-guarani é uma das famílias do tronco tupi. O prototupi reconstruído pelos especialistas da Linguística Histórica tem uma antiguidade de vários milênios (DIETRICH, 2010, p.10)

³ Para esclarecer o lapso na citação, a variação que esta citação faz referência é a pronúncia dos verbos acabados em consoantes, descritos no *Vocabulário da Língua Brasílica*, além de diferenças morfológicas na forma indicativa dos verbos transitivos iniciados por *m* que não recebem o prefixo relacional – *i* após o prefixo do sujeito, tendo nulo em seu lugar (cf. RODRIGUES, 2010, p.28-29).

Esta proposta do projeto Tupi-Comparativo, com indicação dos ramos ocidental e oriental, representa a família Tupi-Guarani constituída por mais de trinta línguas. A proposta de Rodrigues (1985) é que esta família seja subdividida em oito ramos. Os ramos I ao III são as línguas Tupi-Guarani meridionais e os ramos IV ao VIII são as línguas no momento em que os portugueses chegaram ao Brasil. Todas essas línguas seriam variedades, umas mais conservadoras, como é o caso do Tupinambá (DIETRICH, 1990, 111; SCHLEICHER, 1998).

No caso específico do Tupinambá, julga-se que esta variedade tenha se espalhado “*por causa das migrações contínuas dos Tupinambás* (DIETRICH, 2010, p.12)” entre Santa Catarina, Bahia, Maranhão e Amazônia. Além dessa intensa migração dos Tupinambás na costa brasileira, o registro documental mais importante para a descrição dessa língua foi escrita por um jesuíta que também se deslocou muito nas missões evangelizadoras na costa, Leonardo do Vale.

Rodrigues (2010) diz que a *Gramática* de Anchieta conta com duas versões: uma impressa em 1595 e outra de 1560. Esta *Gramática* descreveu a língua falada pelos indígenas no “*litoral do Espírito Santo e do Sul da Bahia, que falavam a mesma língua que os tupinambás do Rio de Janeiro e os tupinambás do recôncavo baiano, os caetés (ka'ae'té) do norte da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco e os potiguares ou potiguaras (potii'wár, poti'wára) da Paraíba e do Rio Grande do Norte*” (RODRIGUES, 2010, p.28). Com fins didáticos para aprendizado por falantes de língua portuguesa com a intenção de evangelizar os habitantes da costa brasileira é bem possível que Anchieta tenha homogeneizado variações da língua falada na costa brasileira para obter uma absorção da língua mais eficaz para usos catequizadores (SCHMIDT-RIESE, 2010, p.57).

Rodrigues (2010) contrasta a *Gramática* de Anchieta com o *Vocabulário da língua Brasílica*, possivelmente organizado pelo jesuíta Vale, acompanhante de Anchieta nas andanças sertão adentro. Como aprendiz da língua nos seiscentos, Vale grafou palavras desde o norte do Rio de Janeiro até o sul da Bahia. Rodrigues (2010) destaca aqueles verbetes que são divergentes em uso entre “*os tupis, portanto, em São Vicente*” (RODRIGUES, 2010,

p.28) e revela desse modo que existem “*alguma diferença, nesse caso lexical, entre a fala dos tupis e a dos demais falantes da língua brasileira, diversidade que aparece também nos textos em língua indígena escritos por Anchieta nos primeiros dez anos em que esteve atuando entre os tupis*” (RODRIGUES, 2010, p.28). E conclui:

Uma diferença morfológica também aparece nos escritos anteriores de Anchieta: na forma indicativa os verbos transitivos iniciados por m não recebem o prefixo relacional -i (de referência a objeto de 3a. pessoa) após o prefixo de sujeito, tendo Φ em seu lugar (tupinambá *a-i-mojebýr*, tupi *a- Φ -nojebýr*, 'eu o fiz voltar'), diferença essa consignada na folha 48v da *Arte*: “Nota obter, que comumente os verbos os começados por, m, ativos tem, i. depois do artigo, ainda que em algumas terras pronunciam muitos sem ele”. Por isso é que distinguimos o tupi de São Vicente da língua falada desde o Rio de Janeiro até o Maranhão e leste do Pará, a qual chamamos tupinambá, estendendo esse nome, recorrente no Rio de Janeiro, na Bahia e no Maranhão (...) (RODRIGUES, 2010, p.29)

É a mesma conclusão de Dietrich e Noll (2010) para quem “*o que se chama de língua brasileira da região baiana não foi uma língua geral, mas o tupinambá relativamente puro que falavam os filhos mestiços de pais portugueses e mães indígenas*” (DIETRICH; NOLL, 2010, p. 84). A essa variedade, Freire (2004) denomina de “língua funcional” utilizada para a comunicação entre jesuítas e habitantes originários das terras brasileiras, auxiliando no processo de transformação do tupinambá e de sua incorporação nas empresas jesuíticas. Ao analisar uma variedade da família tupi-guarani no ramo VIII, Cruz (2011) afirma que esta variedade auxiliou no avanço da “*conquista territorial e cultural*” para os portugueses.

Neste texto, faremos referência ao uso da variedade Tupinambá entre os indígenas em Olivença, Ba. Para este estudo, as línguas da família tupi-guarani formam “*um grupo com outras línguas mais distantes na sua diferenciação histórica, mas que, elas também, apresentam correspondências regulares de sons, de palavras e de formas gramaticais* (DIETRICH, 2010, p.10)”. A língua Tupinambá é classificada sob o critério genético do seguinte modo:

(1) ***Tupinambá** (a língua dos índios da costa brasileira nos séculos XVI a XVII, a língua empregada na missão jesuítica nos séculos XVI a XVII; tornou-se a língua geral brasileira a partir do século

XVII; por causa das migrações contínuas dos tupinambás, a língua propagada na região entre Santa Catarina e Bahia estendeu-se depois ao Maranhão e entrou na Amazônia no século XVII. Designada tupi depois de 1870, esta língua é considerada a língua das origens do Brasil) (DIETRICH, 2010, p.12)

O fracionamento do tronco primitivo tupi guarani é oriundo das migrações realizadas pelos habitantes das Américas. Sobre os Tupinambás, Rodrigues (1945) diz que em tempos remotos os tupinambás foram se dividindo pelo litoral e, no século XVI, “*foram encontrados pelos europeus as tribos: tupinambás, tupinaquim (tupiniquim, tupinaquim), tobajara (tabajara), tamoio, temiminõ (temiminó, caeté, maracajá, etc)*” (RODRIGUES, 1945,p.335). No contato com as nações da costa brasileira é possível que os jesuítas tenham esbarrado nas cerca de 79 línguas descritas ou meramente referidas na narrativa extensa de Fernão Cardim (1925). Entre diversas nações, sobre os Tupinambás, cuja variedade é foco neste estudo, assim diz este registro:

Outros há a que chamam Tupinabas: estes habitam do Rio Real até junto dos Ilhéus; estes entre si eram também contrários, os da Bahia com os do Camamu e Tinharê. Por uma corda do Rio de São Francisco vivia outra nação a que chamavam Caaeté, e também havia contrários entre estes e os de Pernambuco. Dos Ilhéus, Porto Seguro até Espírito Santo habitava outra nação, que chamavam Tupinaquim; estes procederam dos de Pernambuco e se espalharam por uma corda do sertão, multiplicando grandemente, mas já são poucos; estes foram sempre muito inimigos das cousas de Deus, endurecidos em seus erros, porque eram vingativos e queriam vingar-se comendo seus contrários e por serem amigos de muitas mulheres. Já destes há muitos cristãos e são firmes na fé.

Curiosamente, esta diversidade foi deixada de lado em seu uso primeiro, pois aos jesuítas importava tratar aquelas línguas não travadas, isto é, ignorava-se aquelas línguas “*muito difíceis de pronunciar, línguas consideradas anômalas dentro do egocentrismo* (CÂMARA JR, 1979, p.99)” europeu. Aryon Rodrigues diz assim sobre a nação Tupinambá:

Algumas das línguas desaparecidas foram documentadas de forma mais ou menos ampla, às vezes em vários volumes (na verdade, apenas três línguas estão nesse caso), às vezes só mediante o regis-

tro de umas poucas palavras avulsas. Grande número delas, entretanto, desapareceu sem que nada ficasse registrado. O Kiriri é uma língua que, embora bem documentada no fim do século XVIII, depois desapareceu completamente; hoje os últimos descendentes da grande nação Kiriri, no norte da Bahia, só falam português (algumas pessoas, entre eles, guardam a memória de palavras soltas de sua língua original). O Tupinambá, ou Tupi Antigo, foi documentado no século XVI: em 1575 e 1578 foram publicados os primeiros textos nessa língua pelos franceses Andre Thevet e Jean de Lery, sendo que este último publicou também as primeiras observações gramaticais sobre a mesma; em 1595 foi editada a gramática que dela fez o padre Anchieta. Essa língua também deixou de ser falada na forma em que existia nos séculos XVI e XVII, quando era essencialmente o idioma dos índios Tupinambá (conhecidos regionalmente também pelos nomes Tamoio, Tupinikim, Kaeté, Potiguara, Tobajára, etc), mas pode-se dizer que teve continuidade até hoje, sob forma muito alterada, transfigurada em língua de “civilizados” (RODRIGUES, 1994, p.20).

Estudos contemporâneos reafirmam a ideia de que o registro das variedades do tupi foi basicamente vinculado a relações amigáveis entre portugueses e índios no litoral de São Vicente e, “*serra acima, na região de Piratininga e do Alto do Rio Tietê (no atual estado de São Paulo)*” (RODRIGUES, 2010,p.28)”. Neste contexto de “*disciplinização da língua Tupi*” (CÂMARA Jr., 1979,p.102)”, duas variedades de língua concorrem nos textos basilares seiscentistas. Conforme Rodrigues (2010):

Embora Anchieta tivesse elaborado uma primeira versão de sua gramática já antes de 1560, enquanto ainda estava entre os tupis de São Vicente, a versão publicada dessa obra foi revista e adaptada às características da língua falada ao longo da costa do Rio de Janeiro e para o norte, tendo sido completada ou na Bahia ou no Espírito Santo, portanto ao norte do Rio de Janeiro, fato este que determinou escrever, na versão publicada, que os tupis são além dos tamoios do Rio de Janeiro (p.28)

Para Rodrigues (2010), as possíveis confusões entre uma variedade e outra podem ser subsumidas pela existência de fatos comuns nas variedades de língua. Rodrigues (1945) explica que fatos comuns de uma variedade pode ser admitido como pertencente à

língua mãe comum. Exemplo disso é a palavra “*pirã*” para “*peixe*”, comum em todas as variações tupi, antigas e modernas.

A definição da língua Tupinambá sofre outro deslocamento, no século XIX, quando o conceito genérico “*Tupã*” é associado à sua forma linguística, a partir da impressão do livro “*A idéia do Universo*”, publicado na Itália por D. Lorenzo Hervás em 1784. Diz Eldeweiss (1947) sobre a questão:

O tomo dezessete, dado a lume em 1784, intitula-se: “Catálogo das Línguas conhecidas e Notícia do seu parentesco e da sua Diversidade”. Deste volume o autor fez uma edição espanhola muito aumentada e algo mais conhecida entre nós. A primeira parte ocupa-se das nações e línguas indígenas americanas. Entre elas acham-se os “Tupis” e a “língua tupi”, correspondentes à língua geral do Brasil colonial e aos índios que a falavam (p.4).

Eldeweiss (1947) ainda esclarece que, anterior ao texto italiano, um “*Glossário de palavras Tupis*”, organizado por John Luccock apresenta essa associação da língua mais falada na costa, a denominada língua brasílica a partir de 1613, à língua Tupi (ELDEWEISS, 1947,p.5). De todo modo, pensar a língua Tupi a partir do olhar estrangeiro e de livros impressos e publicados num contexto específico de divulgação das línguas ameríndias incide precisamente sobre o modo como hoje nos é permitido observar a língua Tupinambá. Em estudos especializados, a língua Tupinambá foi observada em seu “*desenvolvimento histórico*” (EDELWEISS, 1947) em geral apontando diferenças lexicológicas e gramaticais entre línguas aparentadas (RODRIGUES,2010).

Parte daquilo que o senso comum compreende como “língua indígena” é esse imaginário romântico que associa o nome *tupi* à construção da nacionalidade brasileira (RODRIGUES, 2010, p.29), observado amplamente por Eldeweiss (1947). No século XIX, o Tupi e as línguas do seu tronco “*passaram a ser consideradas o protótipo das nossas línguas indígenas* (CÂMARA Jr, 1979, p.99)” e, embora os estudos novecentistas almejem esta pureza numa língua originária, eles partem de registros já com uma ampla difusão da língua e, por isso, “*já não designava o tupi genuíno, mas uma forma modificada desta língua* (DIETRICH; NOLL, 2010, p.81)” de modo que, em alguns registros, confunde-se com a lí-

gua geral, com o próprio tupi (SILVA NETO, 1986, 30,51 *Apud* DIETRICH; NOLL, 2010, p. 81) e, em alguns casos, com um “*construto dos jesuítas* (DIETRICH; NOLL, 2010, p. 81)”.

Aryon Rodrigues (2010) diz que o tupi é “*reativado entre os intelectuais, sobretudo na primeira metade do século XIX, logo após a independência do país, quando se buscava uma identidade nacional* (p.29)”. Rodrigues (2010) lembra o estudo de Eldeweiss (1947), para quem esta reativação é fruto de publicações em catálogos espanhóis do final do século XVIII sobre a língua tupi em território brasileiro (EDELWEISS, 1947, *Apud* RODRIGUES, 2010, p.29)⁴.

Conforme Rodrigues, se por um lado esta variedade ganha destaque entre os estudos a partir da rememoração Tupi no século XIX como a língua originária brasileira, por outro, o Tupinambá “*foi caindo em desuso com o quase total extermínio* (RODRIGUES, 2010, p.30)” dos tupinambás na Bahia e a “*progressiva catequização e assimilação* (p.30)” dos tupinambás no Maranhão. Moore (2011) diz:

As regiões do Brasil que foram ocupadas por mais tempo têm o menor número de sociedades indígenas e menos línguas nativas, especialmente o Leste brasileiro, onde poucos grupos indígenas ainda falam suas línguas. Rodrigues (1993) estima que 75% das línguas indígenas foram extintas durante os últimos 500 anos. A sobrevivência de grupos nativos está em maior número em áreas remotas, especialmente na Amazônia, onde o contato com a sociedade nacional foi mais recente e menos intenso. Ainda há grupos nativos que vivem fora do contato com o mundo de fora. É comum grupos recém-contatados ainda perderem dois terços de suas populações devido a doenças ocidentais - uma perda desnecessária, já que as doenças responsáveis por essas perdas de vida e língua são tratáveis e podem ser prevenidas (MOORE,2011).

⁴ A importância do Tupi é divulgado em terras não brasileiras por meio da circulação de livros, em especial, de relatos de viajantes. Conforme Rodrigues (2010): “*Um dos primeiros escritores brasileiros a destacar o nome tupi foi o poeta e pesquisador Gonçalves Dias, em sua poesia romântica de grande ressonância. O naturalista Martius (1863-67), no primeiro ensaio de classificação dos povos indígenas do Brasil, distinguiu nove grupos étnicos, ao primeiro dos quais deu o nome de tupis e guaranis; essa classificação foi reorganizada pelo etnólogo von den Steinen (1886), que distinguiu oito grupos e chamou o primeiro deles simplesmente tupis. Já dez anos antes Couto de Magalhães, autor brasileiro de grande prestígio, tinha publicado, sob patrocínio do governo imperial, o seu curso de língua geral amazônica...*” (p.30).

De um modo geral, as descrições das línguas faladas na costa brasileira são diferenciadas em três grandes momentos: o primeiro é o esforço dos jesuítas em organizar um modo de ensino eficiente para a língua com fins civilizatórios, o segundo é a recuperação destas línguas pelos tupinólogos no século XIX e o terceiro é a fixação de estudos linguísticos brasileiros já na segunda metade do século XX.

De um modo ou de outro, as impressões de um período esbarram nas compreensões do outro, principalmente no período em que ao estudo da língua indígena é associada uma noção de “brasilidade” ou de “língua originária.”

Há uma controvérsia bastante conhecida sobre a delimitação da língua Tupi Antigo em oposição à Tupinambá e, diz-se, se partirmos do preceito de que estas línguas devem ser comparadas em sua variação histórica, mesmo estudiosos como Aryon Dall'Igna Rodrigues teriam “usado um por outro” os termos Tupinambá e Tupi Antigo, embora tenha levado a termo um trabalho magistral na língua a que nos referimos neste trabalho.

Em síntese, a língua Tupinambá de Olivença foi uma variedade de língua utilizada no Brasil oriental pelos descendentes dos Tupinambás desde antes do século XVI até entrar em desuso, em meados do século XX. Contradições à parte, a nós importa a atualização da língua em seu contexto contemporâneo, de revitalização e afirmação identitária para as comunidades indígenas em Olivença. Sendo um estudo para revitalização da língua Tupi Antigo como língua estrangeira na comunidade Tupinambá de Olivença os processos linguísticos devem ser respeitados em seu uso contemporâneo.

1.3. O Projeto Tupinambá

Em encontro realizado em 2010, o *C-Indy*, representantes da comunidade indígena Tupinambá de Olivença (Ilhéus, BA)⁵ solicitaram assessoria linguística a pesquisadores da

⁵ Para delimitar a sociedade indígena dos Tupinambá de Olivença, diz o *Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença*, correspondente ao processo de número 08620.001523: “A Vila de Olivença é o marco referencial da área que está sendo proposta. O local teve origem em 1680 com a edificação do aldeamento jesuíta “Aldeia de Nossa Senhora da Escada”, sendo também área de habitação permanente. É na vila que os Tupinambá praticam um conjunto diversificado de atividades que envolvem a pesca no mar e no rio, a extração de piaçaba, bem como desenvolvem atividades ligadas ao turismo, festas e rituais que caracterizam seu modo de classificação nativa, e os residentes nas áreas urbanas,

UESB para contribuir com a revitalização e ensino bilíngue Tupinambá – Português em sua comunidade. Desde então, a professora Consuelo Costa coordena o “*Projeto Tupinambá?*” responsável por prestar tal assessoria à comunidade, por meio de grupos de estudo do Tupi Antigo, oficinas de fonética e fonologia aos professores, bem como consultoria à elaboração de material didático. Esta projeto reintegra o ensino da língua Tupi nas escolas indígenas, preparando material didático pensado dentro da escola a partir dos professores indígenas e aprimora o conhecimento acerca processos fonéticos e fonológicos da língua Tupinambá entre os moradores da comunidade.

No *Projeto Tupinambá* nos reunimos quinzenalmente na *Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (Escola Sapucaeira)* desde 2010, sendo que os professores indígenas que ministram suas aulas nas nucleadas deslocam-se até a escola principal. Nestes encontros na escola Sapucaeira, professores da comunidade, contando com nossa colaboração, discutem e estudam a língua Tupinambá e seus processos de ensino/aprendizagem.

Anterior à Assessoria Linguística do *Projeto Tupinambá*, um *Curso de Tupi* era ministrado na comunidade pelos professores das escolas. O livro de referência para este estudo era o *Curso Moderno de Tupi Antigo*, de Eduardo Navarro (2005), e, por isso, a primeira lição do livro, “*Chegaram os portugueses?*”, foi estudada durante as oficinas oferecidas em 2011 na escola sede. Este manual, no entanto, é a) destinado a professores que já estejam familiarizados com algum estudo gramatical de alguma língua, o que não é o caso para todos os professores indígenas da escola e b) não cumpre o fim pedagógico de ensinar às crianças da escola estruturas da língua Tupinambá. Espera-se que, com o desenvolvimento de oficinas nas escolas, novos textos dos professores e dos alunos, bem como cantigas e mitos da comunidade, sejam integrados ao ensino da língua Tupinambá nas escolas⁶.

sendo local onde se encontra importante cemitério indígena. Nesse sentido, os limites definidos pela Terra Indígena são vistos a partir da situação atual e do histórico de habitação do território, não correspondendo a um resgate de uma delimitação estabelecida no passado” (p.1).

⁶ Para aqueles curiosos, é interessante compreender que este estudo do Tupi na escola indígena de Olivença é amparado por um conjunto de leis da Bahia, a saber, a Lei no. 18.629/2010 (que institui o plano de carreira para

A permanência das guerras aos indígenas por meios aparentemente pacíficos é história que, infelizmente, conta com grande documentação na historiografia brasileira. Isso não significa, entretanto, que os Tupinambás não tenham resistido (como é comum esta nação ser referida nas histórias desde os seiscentos). Uma das tentativas de revitalização de sua cultura e da língua dos seus ascendentes partiu da própria comunidade indígena que, tendo participado do encontro *C-Indy* na Universidade Estadual da Bahia, organizado pela professora Consuelo Costa, requisitaram um Curso de Tupi, a princípio na escola Sapucaeira, em Olivença, na intenção de implantar uma escola bilíngue.

Se por um lado é bem confortável pensarmos as instituições de ensino superior (e seus pesquisadores) como mediadores de saberes das nações indígenas, por outro a democratização deste saber construído nestas instituições não deixa de ser *atravessadora* daquele saber próprio que explica. Portanto, um uso mais democrático do espaço público universitário deve considerar usos mais justos também na comunidade a que este estudo faz referência e é neste trânsito que mudanças podem se efetivar. Um exemplo contrário, menos democrático, disso que falamos é o modo como línguas naturais brasileiras foram conhecidas a partir do relato de algum viajante, etnógrafo, jesuíta, botânico ou estudioso. Como se sabe, o ofício realizado por aquele que descreveu a língua serviu para usos diversos e contribuiu para uma diversidade de realizações que deixou aos Tupinambá de Olivença ortografias diferentes que, em seu uso de sala de aula, multiplicaram-se na escrita de cada um dos professores.

1.4. Conclusões

As informações colhidas no livro *Memória Viva dos Tupinambás* atualizam os textos oriundos dos primeiros contatos dos lusitanos com o povo da costa e é representativo daquilo que a nação considera seu saber. O livro *Memória Viva dos Tupinambás* de Olivença

o professor indígena na Bahia); pelo Decreto n. 8.741 de 12 de março de 2013 que cria a categoria de escola indígena baiana e pela resolução CEE no. 106/2004 que estabelece diretrizes e procedimentos para a organização e oferta da Educação escolar indígena no sistema Estadual de Ensino da Bahia.

(2007), composto a partir das lembranças dos indígenas mais velhos, delimita assim o território Tupinambá:

A extensão do território Tupinambá de Olivença é de sete léguas em quadra, equivalente a mais de 50 mil hectares, localizado na região de Mata Atlântica do Sul da Bahia, junto a Reserva Biológica de Una, entre os municípios de Ilhéus, Buararema e Una. Fazem parte deste território 23 comunidades: Acuípe de Baixo, Acuípe do Meio I, Acuípe do Meio II, Acuípe de Cima, Águas de Olivença, Gravatá, Sapucaeira I, Sapucaeira II, Santana, Mamão, Curupitanga, Campo São Pedro, Parque de Olivença, Olivença, Santaninha, Curutinga, Maruim, Serra da Trempe, Serra do Serrote, Serra do Padediro, Lagoa do Mabaço e Serra Negra, a sua população é de aproximadamente cinco mil índios (MEMÓRIA VIVA TUPINAMBÁ, 2007)

Após a recente demarcação da terra dos Tupinambás ao sul da Bahia, sob o processo número 08620.001523, para delimitar a sociedade indígena dos Tupinambá de Olivença, diz o *Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença*:

A Vila de Olivença é o marco referencial da área que está sendo proposta. O local teve origem em 1680 com a edificação do aldeamento jesuíta “Aldeia de Nossa Senhora da Escada”, sendo também área de habitação permanente. É na vila que os Tupinambá praticam um conjunto diversificado de atividades que envolvem a pesca no mar e no rio, a extração de piaçaba, bem como desenvolvem atividades ligadas ao turismo, festas e rituais que caracterizam seu modo de classificação nativa, e os residentes nas áreas urbanas, sendo local onde se encontra importante cemitério indígena. Nesse sentido, os limites definidos pela Terra Indígena são vistos a partir da situação atual e do histórico de habitação do território, não correspondendo a um resgate de uma delimitação estabelecida no passado” (p.1).

Mais de noventa anos após o “*Massacre do Cururupé*”⁷, fortalecidos para retomar sua cultura, sua língua e suas terras invadidas, os Tupinambás em Olivença reforçam o processo de revitalização da língua empenhados em instituir o ensino bilíngue nas escolas da área Indígena.

Em estudo sobre as culturas indígenas no período entre 1500 a 1759, Kittiya Lee (2005) diz que o território requerido atualmente pelos Tupinambá de Olivença era, antes do século XVI, ocupado pelos Tupinaé. Em confronto com os Tupinambá, esses deixaram o território e se estabeleceram às margens do rio Maranhão e, assim, coube às centenas de vilas Tupinambás espalhadas pela costa brasileira a função de interagir com a cultura lusitana. Listando numerosos ataques, no período colonial - entre os quais o mais conhecido talvez seja a “batalha dos nadadores”, ainda no século XVI – perseguições e massacres têm se sucedido desde então, tendo culminado no chamado “*Massacre do Rio Cururupé*” ou “*Revolta do Caboclo Marcelino*”, na década de 1930, quando a quase totalidade dos Tupinambá de Olivença foi dizimada, tendo os sobreviventes se refugiado nas matas e, a partir daí, a contragosto, foram obrigados a abandonar língua e cultura, para não serem identificados como indígenas e, em consequência, mortos pelos coronéis do cacau, interessados em suas terras. Assim, a comunidade Tupinambá viu-se forçada a adotar a língua portuguesa em suas interações sociais⁸.

⁷ Este evento é comemorado anualmente na “*Caminhada Tupinambá*”, ocorre no último domingo de setembro. Os Tupinambás contam assim sobre esta caminhada: “*Celebramos as festas do Divino, da Puxada do Mastro, de N. Sra. Da Escada e a Caminhada em Memória dos Mártires do Rio Cururupé. A luta pela terra, o direito de poder viver nela e o direito de ser diferente são os verdadeiros motivos de fortalecimento, de celebração do Porancim, nosso ritual, momento em que pedimos força aos encantados, momento da união do nosso povo*” (Memória Viva Tupinambá, 2007, n.p.). Este evento foi estudado por Maria Hilda Paraíso em dissertação que leva o título “*Os índios na área dos coronéis do cacau*”. Sobre este massacre, diz o *Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença*: “*No decorrer dos últimos quatro séculos, os Tupinambá de Olivença mantiveram-se em suas terras de ocupação tradicional resistindo, de diferentes formas, à usurpação das mesmas. Além de dados históricos que indicam que os índios ocupavam esta região desde período anterior à ocupação européia, o fato deste ser um território rico em recursos fluviais e matas explica essa permanência contínua na Terra Indígena. Digno de nota, inclusive, é que apenas na década de 1930 constam registros de que alguns índios deslocaram-se para área de Caramuru-Paraguaçu – neste caso à procura de proteção do Serviço de Proteção ao Índio – o que indica um padrão de permanência perene nesse território, só alterado diante de sérias restrições quanto ao acesso e ocupação do mesmo*” (p.1).

⁸ É o que acusa o processo número 08620.001523 referente à delimitação da terra indígena Tupinambá de Olivença, localizada entre os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, na Bahia. O relatório, assinado pela antropó-

Após décadas de recomposição e num movimento indígena que só tem crescido, apoiado nas figuras individuais e coletivas de caciques e lideranças politicamente ativas, a comunidade Tupinambá de Olivença, mais forte do que nunca, se reergue e quer ter de volta, sua língua e sua cultura, o que, nesse momento de luta fundiária pela demarcação das terras, faz-se um importante instrumento de afirmação identitária para as comunidades atuais⁹.

TUPINAMBÁ LANGUAGE: STATE OF THE ART

ABSTRACT: The aim of this article is to show the up to date bibliography about the Tupinambá language, spoken in brazilian territory at the sixteenth century.

KEYWORDS: Tupinamba. Natural languages. Phonology.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José. *Arte da Gramática da Língua mais usada na costa*. Antonio de Mariz, Coimbra 1595.

BERRY, J. “The making of alphabets”. In, FISHMAN, J. *Readings in the Sociology of Language*. Paris/New York: Mouton Publishers/The Hague, 1968.

CÂMARA JR, J. Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. 3 ed. – Ao livro técnico, Rio de Janeiro, 2003

loga Susana Dores de Matos Viegas e Jorge Luiz de Paula, observa as diferentes formas de resistência para manter-se em suas terras tradicionais da sociedade indígena Tupinambá de Olivença “à *usurpação das mesmas*”

⁹ Assim os Tupinambás contam sua história: “*Os Tupinambá, povo tão conhecido e mencionado pelos livros de história do Brasil, por se tratar dos primeiros indígenas a entrar em contato com o colonizador europeu, habitam todo o litoral do Brasil e alguns pontos do interior. Atualmente, na Bahia, nós, os Tupinambá de Olivença, residimos nas áreas rural e urbana dos municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, no Sul da Bahia. Desde o século XVII, nós Tupinambá de todo o Brasil assim como os de Olivença, fomos tidos como extintos pelos não-indios, sendo chamados genericamente de Índios de Olivença. Permanecemos, mesmo após o fim do aldeamento jesuíta de Nossa Senhora da Escada de Olivença, ocupando o núcleo do antigo aldeamento e áreas vizinhas e nos dispersamos para as regiões da mata por conta de inúmeras perseguições dos não índios*” (Memória Viva Tupinambá, 2007, n.p.)

DIETRICH, Wolf. O tronco tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico. IN: (orgs.) NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. *O português e o tupi no Brasil*. Contexto, São Paulo, 2010.

_____. O papel do tupi na formação do português brasileiro. IN: (orgs.) NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. *O português e o tupi no Brasil*. Contexto, São Paulo, 2010.

_____. *More evidence for an internal classification of Tupi-Guarani languages*. Berlin: Mann, 1990.

EDELWEISS, Frederico G. *Tupis e Guaranis: estudos de etnonímia e linguística*. Museu da Bahia, n. 07, Secretaria de Educação e Saúde, 1947

FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (orgs). *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Ed. UERJ, Rio de Janeiro, 2003

FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (orgs). *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Ed. UERJ, Rio de Janeiro, 2003

GUÉRIOS, Mansur R. F. *Transcrição portuguesa de um fonema tupi*. Revista Letras, n. 29, 1980. p. 129-136

LEE, Kittiya. *Conversing in colony: the Brasília and the Vulgar in Portuguese America, 1500-1759*. Baltimore: Tese de Doutorado, The Johns Hopkins University.

Memória Viva dos Tupinambás de Olivença: relembrar é viver, é afirmar-se ser./[organização; Professores Tupinambá de Olivença. - Salvador: Associação Nacional de Ação Indigenista; CESE, 2007.

RODRIGUES, Arion Dall'Igna. *Fonética Histórica Tupi-Guarani Diferenças fonéticas entre o tupi e o guarani*. IN: *Separata dos Arquivos do Museu Paranaense*. Vol. IV, Artigo XIV, pgs. 334 - 354. Abril/ 1945, Empresa Gráfica Paranaense, LTDA, Curitiba. Disponível em: <http://biblio.etnolingustica.org/aaryon>

_____. *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*. Edições Loyola, São Paulo, 1994.

_____. *Línguas Brasileiras. Patra o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, 1987.

_____. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português no Brasil. IN: (orgs.) NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. *O português e o tupi no Brasil*. Contexto, São Paulo, 2010

SEKI, Lucy. *Problemas no estudo de uma língua em extinção*. Boletim da ABRALIN, 6, p.109-118. Disponível em: http://biblio.etnolingustica.org/seki_1984_problemas

Recebido em 15/07/2015.
Aprovado em 19/10/2015.